

RESENHAS

O QUE O PENSAMENTO POLÍTICO DE CHANTAL MOUFFE TEM A DIZER À GEOGRAFIA?

MOUFFE, CHANTAL. *SOBRE O POLÍTICO*. SÃO PAULO:
EDITORA WMF MARTINS FONTES, 2015.

Thiago Manhães Cabral¹
Universidade Estadual de Campinas

Enviado em 16 out. 2020 | Aceito em 18 out. 2021

Neste texto discutiremos o livro “Sobre o Político”, uma das principais obras constituintes do pensamento político de Chantal Mouffe, cientista política belga e atualmente professora de Teoria Política da Universidade de Westminster², no Reino Unido. A autora dedica-se aos estudos de democracia, teoria democrática e novos movimentos políticos nos sistemas democráticos, publicando, em torno dessas temáticas, obras como *Hegemonia e estratégia socialista* (1985, em coautoria com Ernesto Laclau), *O regresso do político* (1993), *O paradoxo democrático* (2000), *Sobre o Político* (2005, aqui analisado), *Agonismos: pensando o mundo politicamente* (2013) e *Por um populismo de esquerda* (2018).

Na condição de colega pesquisadora (além de esposa) do filósofo argentino Ernesto Laclau, Mouffe é uma das formuladoras, em termos de método, da *Teoria do Discurso* que perpassa as produções acadêmicas de ambos, sendo *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) o primeiro marco intelectual dessa abordagem discursiva sobre a política. Nessa obra em particular, Mouffe e Laclau propõem uma reformulação do conceito de hegemonia, pensando-o por meio das práticas de articulação entre identidades políticas e suas demandas particulares. A hegemonia, para os autores, está necessariamente ligada “à construção de um campo discursivo que pretende atuar como elemento de convergência de sentido entre diferentes possibilidades significativas, capazes de

1. Doutorando em Geografia na Unicamp (Campinas – SP). Graduado em Geografia (UFF – Niterói). E-mail: thiagomanhaescabral@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1384-8740>.

2. Consultar <https://www.westminster.ac.uk/about-us/our-people/directory/mouffe-chantal>. Acesso em 16/10/2020.

agregar em seu interior diferentes demandas” (p. IX-X), de modo que a formação de uma cadeia de equivalências entre grupos políticos sempre envolve uma dinâmica de articulações, antagonismos e exclusões, assim como os indissociáveis conflitos neles implicados.

Este é o ponto de partida de Mouffe ao desenvolver a obra *Sobre o político*, publicada em sua versão original em inglês no ano de 2005 e apresentada em língua portuguesa ao público brasileiro em 2015. Na introdução do livro, a autora é enfática ao explicitar as motivações que a fizeram escrevê-lo. Mouffe diz discordar abertamente da perspectiva da política consensual, amplamente aceita como resultado direto da globalização neoliberal, dos avanços tecnológicos e informacionais e do “aprimoramento” da política. Para a autora, expressões ou conceitos como “democracia sem partidos”, “democracia dialógica”, “democracia cosmopolita”, “boa governança”, “sociedade civil global”, “soberania cosmopolita” ou “pensar para além de esquerda ou direita”, amplamente circulantes nos sistemas democráticos modernos, revelam “uma visão antipolítica que se recusa a aceitar a dimensão antagonística constitutiva do político” (p. 2). Desse modo, o objetivo do livro é “pôr em destaque as consequências para a política democrática de se negar “o político”, revelando como a abordagem consensual, em vez de criar as condições de reconciliação da sociedade, leva ao surgimento de antagonismos que uma perspectiva agonística, ao oferecer a esses conflitos uma força legítima de expressão, teria conseguido evitar” (p. 4).

A partir desse objetivo, o capítulo 1 (o maior e mais denso em termos conceituais) se dedica, inicialmente, à diferenciação entre “a política” e “o político” e suas consequências para a política democrática. Inspirando-se em Heidegger, a autora compreende que “a política se refere ao nível ôntico, enquanto o político tem a ver com o nível ontológico. Isso significa que o ôntico tem a ver com as condições práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada” (p. 8). Assim, para Mouffe, “o político diz respeito à dimensão do antagonismo constitutivo das sociedades humanas, ao passo que a política se refere ao conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político” (p. 8).

A dimensão do conflito é, para a autora, inerradicável. É precisamente a partir desse argumento que Mouffe lança uma crítica ao pensamento liberal predominante nos sistemas democráticos ocidentais, alegando que a perspectiva consensual e liberal da política, tendo o indivíduo como referência, precisa negar o político em sua dimensão antagonística, omitindo-se também a garantir o embate legítimo entre identidades coletivas, alternativas e projetos conflitantes de sociedade.

Desse modo, o capítulo 1 se divide em três partes principais. Na primeira – *o político como antagonismo* – a autora destaca que “somente reconhecendo a dimensão antagonística do “político” é que podemos avançar a questão fundamental da democracia política” (p. 13) e que “a especificidade da política democrática não é a superação da oposição nós/eles, mas a forma diferente pela qual ela se estabelece” (p. 13). Dessas afirmações deriva, então, uma distinção fundamental defendida na segunda parte do capítulo 1 (*pluralismo e relação amigo/inimigo*):

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação entre nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo. É por essa razão que “o adversário” é uma categoria crucial para a política democrática. O modelo adversarial tem de ser considerado constitutivo da democracia porque ele permite que a política democrática transforme antagonismo em agonismo (p. 19).

Para a autora, o modelo consensual da política tem lançado o debate democrático para a *esfera moral*, mantendo a relação de conflito nós/eles, mas a partir de termos morais. Assim, nas palavras de Mouffe, o debate entre projetos conflitantes de esquerda e direita vem sendo progressivamente substituído por uma discussão entre o “certo e errado”. Esse fenômeno, segundo Mouffe, tem corroído não só a dimensão agonística da política, mas também a própria institucionalidade democrática.

Na terceira e última parte do capítulo 1, a autora retoma a *política* à luz de sua abordagem de hegemonia tomada da Teoria do Discurso. Para Mouffe, é “preciso reconhecer o caráter hegemônico de todos os tipos de ordem social e o fato de que toda sociedade é o resultado de um conjunto de práticas que tentam estabelecer uma ordem em um contexto de contingência. [...] de modo que o político está identificado com os atos da instituição da hegemonia” (p. 16). É a partir dessa abordagem que a autora começa a desenvolver em maior riqueza de detalhes seu entendimento sobre “a política” como o estabelecimento de uma relação de ordem numa perspectiva hegemônica:

Toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão. Sempre existem outras possibilidades, que foram reprimidas e que podem ser reativadas. As práticas de articulação por meio das quais se estabelece uma determinada ordem e se determina o significado das instituições sociais são práticas hegemônicas. Toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia (p. 17).

A partir desses pontos principais, a autora busca se afinar a algumas perspectivas teóricas que a auxiliam na defesa do modelo democrático agonístico, dentre as quais destacam-se os escritos de Carl Schmitt, Elias Canetti e Sigmund Freud. Para Mouffe, estes são autores que nos ajudam a pensar a política a partir de três parâmetros principais que mobilizam a democracia enquanto sistema político: os interesses, as paixões políticas e a razão.

O capítulo 1 é finalizado com a defesa da confrontação agonística para a vitalidade da democracia, alegando que uma relação de agonismo é a condição mesma de sua existência. Para Mouffe, “a especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo por meio da imposição de uma ordem autoritária” (p. 28). É do choque entre projetos democráticos legítimos, agonisticamente relacionados, que depende o funcionamento da democracia. Assim, fica definido

[...] o papel integrativo que o conflito desempenha na democracia moderna. Uma sociedade democrática exige que se discuta a respeito das alternativas possíveis; além disso, ela precisa oferecer formas políticas de identificação que girem em torno de posições democráticas claramente diferenciadas. Não há dúvida de que o consenso é necessário, mas ele precisa estar acompanhado do dissenso. Embora o consenso seja necessário no que diz respeito às instituições constitutivas da democracia e aos valores “ético-políticos” que caracterizam a associação política – liberdade e igualdade para todos –, sempre haverá discordância quanto ao seu significado e quanto ao modo como devem ser implementados (p. 29-30).

O capítulo 2 do livro está basicamente organizado em torno das perspectivas teóricas “pós-políticas” às quais Mouffe abertamente se opõe. Para a autora, essas correntes teóricas desempenharam um papel na criação e evolução de vários partidos social-democratas no mundo, reivindicando práticas retóricas como “o fim das ideologias”, “sociedade pós-industrial”, “modernização” e o “fim do debate polarizado na política”. Criticando autores como Ulrich Beck (e sua proposição de subpolítica) e Anthony Giddens (em sua perspectiva da “Terceira Via” ou das “políticas da vida”), Mouffe chega à conclusão de que as abordagens pós-políticas da democracia “pretendem

eliminar da política a noção de adversário, noção essa apresentada como fundamental para a política democrática” (p. 46). A autora, defensora do modelo agonístico de democracia (luta entre adversários legítimos por uma nova hegemonia), finaliza o capítulo se contrapondo ao modelo dialógico de democracia (busca pelo consenso) proposto por Beck e Giddens.

O capítulo 3 está organizado em termos dos fenômenos políticos contemporâneos resultantes da retórica do modelo dialógico-consensual da democracia. Mouffe busca demonstrar que, perante a explosão de uma multiplicidade de novos antagonismos e da falta de capacidade dos sistemas democráticos absorvê-los de maneira agonística, algumas consequências graves para a institucionalidade democrática têm surgido. Dentre os fenômenos analisados, destacam-se (1) *a emergência dos novos populismos de direita*, capitaneados por partidos políticos de extrema direita que, por um lado, cresceram num momento de falta de clareza entre políticas agonísticas de esquerda e direita, e, por outro lado, mobilizam a relação nós/eles a partir de princípios não democráticos ou não legítimos; (2) *a política mediada pelo registro da moralidade*, de modo que a relação nós-eles (nunca abandonada) constitutiva da política é agora construída por meio de categorias morais de “bem” versus “mal” (p. 74); e (3) *o terrorismo com consequência de um mundo unipolar*, quando a autora analisa que a imposição do modelo cultural, econômico e político do liberalismo americano tem provocado a explosão extremada de antagonismos que questionam a ordem existente e um modelo único de vida, política e cultura.

O capítulo 4, último do livro, se detém sobre o debate entre as perspectivas cosmopolita e multipolar da democracia. Mouffe inicia o capítulo com uma crítica aos teóricos da democracia cosmopolita. Para a autora, “os defensores do novo cosmopolitismo partilham a crença liberal na superioridade da democracia liberal e almejam expandir os princípios democráticos liberais para a esfera das relações internacionais. Uma de suas principais propostas é reformar as Nações Unidas e aumentar o poder das instituições judiciais a fim de assegurar o primado da lei sobre a força e o exercício do poder. [...] Eles querem que acreditemos que, sob a liderança “benigna” dos EUA e com ajuda dos organismos internacionais como o FMI e a OMC, estão sendo tomadas medidas importantes para unificar o planeta e implementar uma ordem mundial justa” (p. 90).

A partir desse argumento, o capítulo tem prosseguimento com a apresentação das principais vertentes teóricas derivadas do princípio cosmopolita para a democracia, dentre os quais aparecem os conceitos de *transnacionalismo democrático* (FALK e STRAUSS, 2001; 2003), *democracia cosmopolítica* (ARCHIBUGI, 2003), *governança global* (HELD, 1999, 1995) e *a democracia absoluta das multidões*, cerne da abordagem do livro *Império* (HARDT e NEGRI, 2000), considerado por Mouffe como “uma versão ultraesquerdista da perspectiva cosmopolita” (p. 106).

Para a autora, esta última obra salienta um progressivo processo de “desterritorialização” e enfraquecimento simultâneo dos Estados-nação em prol da libertação das multidões e da cidadania global – perspectiva esta que rejeita qualquer forma de política baseada na nação e na região. Mouffe, recorrendo à Doreen Massey, refuta essa ideia, salientando que, segundo a geógrafa, “o espaço globalizado é *estriado*, com uma diversidade de lugares em que as relações de poder são articuladas segundo contornos específicos locais, regionais e nacionais. A multiplicidade de pontos nodais exige estratégias variadas e a luta não pode ser encarada simplesmente em nível global” (p. 113).

O livro é concluído com a defesa do modelo multipolar da democracia. Com isso, Chantal Mouffe salienta ser “urgente, portanto, que deixemos de lado a ilusão de um mundo unificado e trabalheemos em prol da criação de um mundo multipolar. [...] Para que haja um verdadeiro multilateralismo, é preciso que exista uma pluralidade de centros de decisão e uma espécie de equilíbrio – mesmo que relativo – entre os diversos poderes (p. 115). A autora defende, portanto, uma

ordem mundial multipolar pautada no equilíbrio entre diversos polos regionais que permitam pluralizar a hegemonia (p. 6).

Assim, nos aproximamos das contribuições do pensamento político de Chantal Mouffe para a Geografia, em especial para a Geografia Política Contemporânea, visto que a autora nos convida a empreender uma leitura espacial da democracia. A resposta – ou solução – proposta por Mouffe para o problema da política democrática que preze por um modelo agonístico legítimo é, por excelência, espacial: a multipolaridade e descentralização do poder por meio do fortalecimento dos blocos regionais. Para a autora, “uma vez que se reconheça que não existe *para além da hegemonia*, a única estratégia concebível para superar a dependência mundial de um único poder é encontrar formas de *pluralizar* a hegemonia. E isso só pode ser feito reconhecendo-se uma multiplicidade de poderes regionais” (p. 117). Do ponto de vista empírico, os exemplos do Mercosul no contexto da primeira década do século XX, do Brics e o surgimento da China como superpotência são algumas das iniciativas que apontam para essa direção quando questionam a hegemonia econômica neoliberal norte-americana, uma vez que a autora, reconhecendo as contribuições da tradição teórica marxista, salienta “o papel crucial desempenhado pelo poder econômico na estruturação de uma ordem hegemônica” (p. 52). Além disso, Mouffe ressalta a importância do “abandono ao modelo eurocêntrico de organização das sociedades e que sejam aceitas outras formas de organização e tradições que não as do Ocidente” (p. XVII).

Isto posto, tomada a sua importância para todos aqueles interessados em compreender as questões postas para a política democrática no século XXI, recomendamos a leitura da obra (fácil e fluida) aos geógrafos e geógrafas interessados em compreender a política democrática em sua dimensão espacial, assim como os novos arranjos espaciais e geopolíticos levados a cabo pelo hegemonismo do sistema capitalista neoliberal, pelos movimentos populistas de direita no Brasil e no mundo e pela corrosão dos espaços de debate por atores políticos que atuam dentro da institucionalidade democrática ao mesmo tempo que a negam. Vê-se, à guisa de conclusão, que a discussão trazida em *Sobre o Político* ressalta que um mundo mais plural e democrático, que valoriza o modelo adversarial entre projetos políticos conflitantes e legítimos, passa pelas contribuições que o debate da política sob o prisma da Geografia tem a oferecer.

É preciso estar atento e forte!

Divino Maravilhoso (Caetano Veloso e Gilberto Gil)